

Da guerra ao terrorismo ao terrorismo da guerra: os Estados Unidos e sua agenda externa pós-11 de Setembro

Paulo Fagundes Vizentini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O sistema internacional que se configurou, [com o fim da Guerra Fria], sob o regime da unimultipolaridade americana tem características pouco estáveis. A mais longo prazo esse regime ou conduzirá a uma consolidação e generalização da hegemonia americana ou, diversamente, acentuará suas características multipolares, gerando uma ordem mundial algo semelhante à do século XIX. (Hélio Jaguaribe)

A guerra dos Estados Unidos, com apoio anglo-australiano, contra o Iraque, constitui um evento da máxima importância e gravidade no atual sistema internacional, como parte de um fenômeno mais amplo de luta pela reestruturação do sistema mundial e pela liderança dentro deste. Lamentavelmente, os pretextos levantados pelos dirigentes de Washington acabaram pautando os grandes meios de comunicação e, através deles, deturparam uma análise propriamente científica nos meios acadêmicos.

Neste sentido, o presente artigo, dirigido a um público qualificado, visa levantar alguns pontos para uma reflexão mais realista e menos ligada às diversas conjunturas, com suas explicações *post facto*, efetuadas por analistas que apenas recobrem superficialmente com considerações acadêmicas uma visão predominantemente jornalística e ideológica, próxima de uma propaganda política oficial. Assim, vamos diretamente ao ponto: a guerra teve como objetivo estratégico outros adversários potenciais, e não o Iraque exclusivamente.

A diplomacia americana pós-11 de setembro

A Administração Republicana de George W. Bush iniciou sob o signo da confrontação com o chamado “eixo do mal” e do unilateralismo em relação aos aliados e às organizações internacionais, tanto conceitualmente como em sua aplicação prática. O atentado de 11 de setembro, um episódio ainda obscuro, serviu de catalisador e legitimador à agenda anteriormente anunciada pelo novo governo no plano internacional¹. Assim, a guerra ao terrorismo serviu para resgatar a confiança interna da população, mas gerando, simultaneamente, um clima assim definido pelo famoso escritor inglês John Le Carré: “O público nos EUA não está sendo só enganado. Está sendo ameaçado e mantido num estado de medo e ignorância permanente”².

Paralelamente, Washington tentava reafirmar-se internacionalmente, mostrando que seu poder não fora corroído e que o mundo continua sendo o mesmo de antes dos atentados. Depois do golpe sofrido, fez-se necessário reafirmar ainda mais o poder e relançar a hegemonia americana de forma explícita, diferentemente da sutileza empregada por Clinton, através das organizações internacionais³. Mas a França e a Alemanha, respectivamente potências diplomático-nuclear e econômico-financeira que são o núcleo duro da União Européia, um ano depois dos atentados, pareciam não mais aceitar incondicionalmente a estratégia americana.

O apoio da Inglaterra e de países de segunda linha, como os mediterrâneos e europeus orientais, não chegaram a compensar a ausência de seus velhos aliados de peso na guerra anterior contra o Iraque. Da mesma forma, os aliados árabes da Casa Branca temiam por sua legitimidade e estabilidade. A reeleição de Ariel Sharon em Israel, por outro lado, contribuiu para reforçar a política da Casa Branca para a região. A guerra contra o Iraque aprofundou ainda mais o abismo entre os dirigentes árabes e suas populações, um cenário que parece não preocupar a Washington. Apenas as minúsculas petromonarquias do Kuwait, Bahrein e Qatar apoiaram os EUA abertamente.

A pressão sobre os aliados europeus e árabes representou, mais do que a simples busca de legitimidade diplomática para o desencadeamento da guerra, uma forma de subordiná-los à lógica da

supremacia americana e à necessidade de obter apoio financeiro para o conflito que, devido à necessidade de ocupar e reconstruir a infraestrutura e o Estado iraquianos, seguramente teria um custo bem mais elevado. Vale lembrar que na segunda Guerra do Golfo (a primeira foi a Iraque x Irã) os EUA contribuíram, aproximadamente, com três quartos dos meios militares e apenas um quarto dos recursos financeiros. Em meio a dificuldades econômicas e tentando estabelecer certa autonomia internacional, os aliados da guerra anterior buscaram então se desengajar do conflito.

Da mesma forma, Rússia, China e França, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mostraram-se contrariados com a forma unilateral pela qual a superpotência americana passou a tratar os assuntos internacionais. Além disso, os dois primeiros sentem-se, indiretamente, ameaçados pela guerra ao terrorismo. Por outro lado, vigorosos movimentos pacifistas espalharam-se pelo mundo, inclusive nos EUA. Já a Inglaterra que, entre as duas guerras mundiais, transferiu a seus descendentes do outro lado do Atlântico a hegemonia do sistema mundial anglo-saxão (por falta de meios frente ao desafio alemão), mantém sua presença como potência apenas na condição de aliada subordinada de Washington, sempre contra os interesses do continente europeu.

Por outro lado, entre 1991 e 2001 houve uma estranha e sutil cumplicidade entre Bagdá e Washington, pois o embargo permitiu a Saddam manter o seu poder. O regime iraquiano jogou com os inspetores da ONU, pois esta era sua única maneira de fazer política internacional. Depois iniciou um processo de normalização diplomática com os europeus, os vizinhos árabes, a Rússia e a China. Já os EUA, face a uma virtual ameaça iraquiana (propositalmente exagerada pela Casa Branca), obtinha um excelente pretexto para manter sua presença militar na região, através da qual controlava aliados cada vez mais ambíguos, como a Arábia Saudita. Mas as coisas mudaram depois do 11 de setembro. Fatores geopolíticos e econômico-estratégicos, como o controle da região e do petróleo, foram decisivos, além de representar uma oportunidade de propiciar uma demonstração de força e a construção de uma nova geração de armamentos.

Sentindo que a hora da verdade havia chegado, e sem meios para resistir, Saddam teve medo e fez todas as concessões solicitadas, numa desesperada tentativa de sobreviver. Ganhando a simpatia de algumas potências, mas sem demover os EUA de seu intento, ele recuou suas forças para as cidades, como meio de evitar uma deserção em massa e utilizar a população como escudo humano. A máquina militar americana teria, então, que invadir os centros urbanos, sofrendo baixas e causando um elevadíssimo número de mortes entre a população, o que implicaria num custo político-diplomático excessivamente alto. Tudo isto para evitar o ataque que, uma vez desencadeado, produziria o colapso do cambaleante regime iraquiano. Ou seja, o resultado do conflito estaria, no plano diplomático, determinado *antes* mesmo do seu desencadeamento.

A Guerra contra o Iraque e suas implicações

Sentindo que a posição francesa, russa e, mesmo discretamente, chinesa, não seria vencida no Conselho de Segurança⁴, e que a oposição à guerra pela França, Bélgica e, surpreendentemente, Alemanha, bloquearam o mecanismo militar da OTAN, os Estados Unidos desistiram de votar a moção na ONU autorizando o uso da força e partiram para a guerra apoiados apenas pelos governos da Inglaterra, Austrália e Polônia. Tony Blair ficou em posição delicada (no início chegou a manifestar-se contra o uso da força) pela oposição interna, e o apoio dos demais foi apenas simbólico. Antes, durante e depois da guerra, os movimentos pela paz realizaram manifestações gigantescas, com efeitos políticos importantes, especialmente em países cujos dirigentes apoiavam politicamente o ataque, como a Espanha, a Itália e a Inglaterra.

O ataque iniciou em 20 de março e, em menos de um mês, o regime iraquiano foi derrotado e o país ocupado pelas tropas anglo-americanas. Foi um resultado sem grandes surpresas para os que, desde o início, interpretaram corretamente o problema. Agora, busca-se analisar as conseqüências e possíveis desdobramentos do conflito. Primeiramente, a previsível vitória militar americana teve um enorme custo político-diplomático, que apenas começou a se manifestar. Os movimentos

pacifistas transformaram-se numa influente corrente política internacional, que não refluíu com o final da guerra, até porque os EUA logo passaram a ameaçar a Síria.

Algo notável, que todos observam, mas poucos comentam, é que as armas de destruição massiva não apareceram e que o “poderoso” exército iraquiano só existia na propaganda política. Enfim, a ameaça que o ditador do Iraque representava era fictícia. Mesmo assim, algumas centenas (ou mesmo dezenas) de milicianos com armas leves e ultrapassadas causaram embaraços e perdas às tropas americanas, desgastando a teoria da “guerra com morte zero”. Por fim, a morte de jornalistas que realizavam uma cobertura objetiva, o caos e os saques tolerados pelas tropas de ocupação e a misteriosa pilhagem dos museus, deixaram no ar uma série de perguntas cujas respostas ainda causarão embaraços futuros.

Mas há outras especulações mais graves: o emprego de novas armas pelos EUA. Não seria novidade, pois munições de urânio empobrecido foram empregadas contra o Iraque em 1991 e contra a Iugoslávia em 1999. Em contato com elas ou no campo de batalha, 140 mil soldados norte-americanos contraíram diversas formas de câncer, deformações genéticas dos filhos e milhares já morreram. 60 mil dentre eles já obtiveram o *status* de inválidos de guerra, e os demais demandam tal reconhecimento e compensação na justiça americana. Sobre as populações locais, não há informações⁵. De qualquer forma, o exército iraquiano era fraco e, nesta guerra (especialmente nas referidas batalhas), o que estava em jogo não era a vitória (que era apenas uma questão de tempo), mas um certo custo político provocado por eventual excesso de baixas. Por outro lado, isto evidencia as limitações do exército americano, que Liddel Hart já havia identificado na Segunda Guerra Mundial. Não é o caso da marinha e da força aérea, que possuem excelente capacidade operacional.

O Oriente Médio sob a Pax Americana

Com o encerramento das operações militares convencionais no Iraque e o fim do regime de Saddam Hussein, começa a esboçar-se um novo mapa político no Oriente Médio. O proclamado poderio militar

iraquiano não existia e a vitória anglo-americana foi relativamente fácil, mas agora se inicia a difícil fase de estabelecer um regime iraquiano estável. A ocupação militar norte-americana deve ser complicada, pois começam a emergir as contradições internas do Iraque, anteriormente contidas por um regime autoritário: curdos de várias facções, xiitas poderosos, um centro sunita enfraquecido e um governo oriundo de uma oposição dividida e com poucas bases de apoio interno.

Ao mesmo tempo, a situação social e econômica é desfavorável, além da população ter em seu poder aproximadamente três milhões de armas de fogo, que serão empregadas tanto com fins políticos como criminais. A queda da ditadura, por outro lado, gerou um clima de ansiedade nos demais regimes de países árabes ou muçulmanos, pró ou anti-americanos, todos eles autoritários. Apenas o Irã e o Líbano possuem eleições realmente disputadas⁶. Por fim, a presença de tropas americanas gera um fator de reação que, num curto prazo, deve adquirir força, especialmente se forem instaladas bases permanentes no Iraque.

A fácil vitória militar, por sua vez, teve um custo político inesperado para Washington, face aos cálculos iniciais. A Turquia, a Arábia Saudita e o Paquistão adotaram uma política crítica, e tendem a agir com maior independência. A Turquia, além de limitar a presença militar americana, tem certo poder de influência no novo Iraque, numa postura anti-curda. Os sauditas, por seu turno, solicitaram a retirada das bases americanas estabelecidas em seu território em função da anterior guerra contra o Iraque e, por esta razão, os EUA pensam em estabelecer bases neste último, bem como um controle sobre o petróleo. No caso da Arábia Saudita, a Casa Branca tem na memória o choque da perda de um aliado estratégico, como ocorreu em relação ao Irã em 1979. Já foi anunciada oficialmente a retirada de bases americanas da Arábia Saudita (ironicamente, uma das reivindicações de Bin Laden, líder da organização terrorista Al Qaeda).

Os custos da ocupação do Iraque devem ser qualitativamente maiores que no Afeganistão, onde uma guarnição americana estabelecida em Cabul e na base aérea de Bagram garante um governo sem poder real, sendo necessário pagar aos chefes tribais para

combater os talibãs, que continuam ativos. A lealdade destes chefes é duvidosa, pois eles entregaram aos EUA apenas prisioneiros sem importância (nenhum dirigente) e as tropas da Aliança do Norte permanecem sob certa influência russa. Além disso, a apreensão dos vizinhos iraquianos, pró ou contra os Estados Unidos, tem um peso maior que em relação ao Afeganistão (uma periferia sem petróleo).

Mas a questão central consiste no que fazer depois. Neste sentido, mais uma vez Washington procura agir pela linha de menor resistência, escolhendo o alvo mais fácil, no caso a Síria, país sem petróleo e encravado entre regimes pró-americanos (Turquia, Israel, Jordânia e, agora, Iraque). A Síria, aliada do Irã e próxima da França, controla o regime libanês e é o único país a confrontar Israel (através do grupo xiita libanês Hezbollah), para não falar do contencioso das colinas de Golã, ocupadas pelo Estado hebreu. É preocupante que, devido ao descaso em relação ao Direito Internacional, o ônus da prova não cabe mais ao acusador. Assim, o presidente Bush já acusou Damasco de possuir armas de destruição massiva, ter ajudado militarmente o regime iraquiano e estar dando refúgio aos líderes deste, sem levar em conta que eles são inimigos históricos e a Síria apoiou os EUA em 1991.

A visita do ministro das relações exteriores da França à Síria, Egito, Arábia Saudita e Irã, mostra que os europeus, com apoio da Rússia, não estão dispostos a permitir uma nova guerra nesta região, já fragilizada do ponto de vista geopolítico. Se Bagdá possuía uma situação político-diplomática frágil (agressora e ditatorial), embora estivesse no caminho da normalização, tal não é o caso de Damasco, que vive plena normalidade diplomática com a comunidade internacional. Mas a guerra seria tentadora para os EUA, pois criaria um espaço compacto sob seu controle e deixaria Israel sem adversários em seu entorno imediato.

Os objetivos econômico-estratégicos dos EUA no conflito, por sua vez, extrapolam a questão iraquiana e são mais claros a cada dia. O anunciado plano de paz prevendo a criação de um Estado Palestino em 2005, em troca da segurança de Israel, conhecido como Mapa de Rota, retomaria as negociações entre ambos e constituiria uma

compensação americana aos árabes. Paralelamente, o presidente Bush anunciou a intenção de criar uma zona de livre comércio entre os EUA e o Oriente Médio, o que propiciaria meios para a estabilização dos regimes pró-americanos e consolidaria os interesses econômicos de Washington na região, em detrimento dos concorrentes europeus.

Mas a verdadeira cruzada que Washington iniciou contra o mundo islâmico, com seus regimes “politicamente incorretos” e militarmente incapazes de se defender, arrisca a envolver os EUA em problemas complexos e custosos, política e economicamente. Por detrás da diplomacia russo-européia (apoiada pelo “silêncio” sino-japonês) e dos movimentos pacifistas, o mundo deseja o fim dos conflitos que desembocam em novos conflitos e a retomada do crescimento econômico, depois de três anos de estagnação global.

Os inimigos e os aliados-rivais: o “eixo do mal” e o “eixo da paz”

As principais conseqüências do conflito já eram observáveis em suas causas, ou seja, antes da guerra. O declínio da produção americana, o endividamento externo e interno e o excesso de importações (o déficit comercial anual, que era de 100 bilhões de dólares em 1990, atingiu 450 bilhões em 2000)⁷, fizeram o país depender agudamente da produção e do investimento estrangeiro, especialmente europeu e japonês. O saldo negativo nas contas americanas deve ser coberto, a cada ano, pelo ingresso maciço de capital externo. Além disso, o hiper-consumo doméstico torna o país dependente de outras áreas, que precisam ser mantidas sob influência dos EUA.

Mas a globalização e sua liberalização comercial criaram um mundo onde os blocos econômicos são uma realidade emergente, especialmente com o desaparecimento de qualquer ameaça séria à paz mundial, devido ao fim da Guerra Fria. Ora, esta dupla tendência está tornando os Estados Unidos uma superpotência relativamente dispensável, tanto em termos político-militares como econômicos, ainda que não imediatamente. A percepção dos riscos futuros contidos neste processo de perda de vitalidade, aliada à ilusão de poder

decorrente do colapso do bloco soviético, fez os EUA optarem por uma estratégia imperial, buscando construir uma nova hegemonia.

O problema é que os meios para tanto não mais existem. Se os Estados Unidos estão superarmados como nação, faltam-lhe os meios militares para poder controlar e estabilizar um planeta complexo, povoado e problemático, cujas potencialidades foram dinamizadas pela globalização. Mais ainda, os sucessivos governos americanos não têm conseguido criar uma estratégia coerente e, menos ainda, aplicá-la sistematicamente, optando por uma linha de menor resistência, caso a caso. Não podendo manter o controle econômico sobre o Japão e a União Européia, muito menos desarmar ou desagregar a Rússia (única potência ainda com capacidade estratégico-militar equivalente), Washington optou por desenvolver um militarismo teatralizado contra os mais fracos integrantes do “eixo do mal”, os países árabe-muçulmanos, que não possuem capacidade de defesa.

Ao exagerar perigos que não existem na dimensão apregoada, a Casa Branca fomenta um campo de conflitos que lhe permite resgatar sua utilidade militar para a comunidade internacional, que ao mesmo tempo assiste a um show de poder que recomenda maior tolerância dos aliados para com as necessidades da potência “protetora”. O problema é que o ritmo e a forma com que esta política está sendo desenvolvida tem produzido o resultado oposto. A autonomia da diplomacia francesa ressurgiu com força, a Alemanha surpreendeu ao opor-se a Washington pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, e a Rússia, considerada vencida, reapareceu na cena internacional, estabelecendo-se um eixo Paris-Berlim-Moscou, que representa exatamente o que os EUA desejariam evitar. O controle sobre o Oriente Médio, por sua vez, está longe de assegurado, pois o real problema é a ascendência cada vez mais precária sobre aliados antigos como Turquia, Paquistão e Arábia Saudita, os novos “elos fracos”, que ameaçam escapar do controle.

A insistência dos EUA durante a atual administração em exhibir poder perante o mundo, agindo unilateralmente e, inclusive, como “Estado louco”, na expressão de Emmanuel Todd, é, por si só, um signo de fraqueza ou percepção de fraqueza. Já Maquiavel considerava

que o bom Príncipe deve reinar mais pela sabedoria e astúcia e menos pelas armas, que seriam complementares. Segundo a apresentação do livro *Après l' Empire*, de Emmanuel Todd, “não haverá império americano. O mundo é demasiado vasto, diverso e dinâmico para aceitar a predominância de uma única potência. O exame das forças demográficas e culturais, industriais e monetárias, ideológicas e militares que transformam o planeta não confirmam a atual visão banal de uma América invulnerável.”

E, numa visão prospectiva, este autor acrescenta que “um quadro realista [mostra] uma grande nação cuja potência foi incontestável, mas que o declínio relativo parece irreversível. Os Estados Unidos eram indispensáveis ao equilíbrio do mundo; eles não podem hoje manter seu nível de vida sem os subsídios do mundo. A América, pelo seu ativismo militar de teatro, dirigido contra Estados insignificantes, tenta mascarar seu refluxo. A luta contra o terrorismo, o Iraque e o ‘eixo do mal’ não são mais do que pretextos. Porque ela não tem mais a força para controlar os atores maiores que são a Europa e a Rússia, o Japão e a China, a América perderá esta última partida pelo domínio do mundo. Ela se tornará uma grande potência entre outras”.⁸

Assim, a postura unilateral do EUA frente a seus próprios aliados representa menos uma descortesia do que a tentativa de manter a subordinação dos mesmos. Exatamente por isto está emergindo o eixo Paris-Berlim-Moscou (que implicitamente abarca Beijing e Tóquio), que representa o verdadeiro problema. Este já denominado “eixo da paz”, e não o “eixo do mal”, constitui o real desafio. Nos dois extremos da Eurásia emergem bases produtivas dinâmicas, interligadas por uma Rússia ainda militarmente autônoma e capaz de responder ao armamento estratégico americano. Uma Rússia que há três anos voltou a crescer economicamente. Depois de estabelecer uma parceria estratégica com a China há dois anos, Putin declarou no Bundestag em Berlim, em setembro de 2002, que a Europa e a Rússia devem colaborar nos planos militar e econômico, proposta bem recebida pelos europeus. Assim, a intervenção americana no Oriente Médio e Ásia central, iniciada com a invasão do Afeganistão, possui uma lógica geopolítica racional e clara: quebrar a chamada *ponte eurasiânica* antes que ela se consolide.

Um império virtual, a crise sistêmica e a multipolaridade

Mas estes países, que desejam um lugar ao sol na estrutura mundial de poder (e não afrontar os EUA), não podem ser enfrentados diretamente por Washington. Daí a estratégia indireta que está sendo empregada, contra os fracos Estados da linha de fratura, e neste sentido, a obra de Brzezinski (ex-assessor do presidente Carter), é bastante clara ⁹. E a regressão do *ethos* universalista norte-americano, condição indispensável para a construção de um império, foi explicitada em obras como “O choque de civilizações”, de Huntington ¹⁰. Assim, a diplomacia americana está abrindo mais contenciosos do que pode dar conta, e a racionalidade de um tal comportamento está em evitar a emergente multipolaridade.

A Europa possui o Euro e o núcleo duro da UE oficializou, logo após a guerra do Iraque, a criação de um exército independente da OTAN e dos EUA; a Rússia já superou o pior e volta ao grande jogo internacional. Se por um lado é mais fraca que a antiga URSS, por outro isto facilita suas alianças com a Europa Ocidental e a Ásia Oriental, na medida em que não é mais percebida como ameaça (papel que hoje cabe aos EUA). A China continua a crescer economicamente e a capacitar-se militarmente, enquanto o Japão resiste e os Tigres asiáticos mantêm sua pujança. A Índia, por sua vez, recusou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e manteve sua capacidade atômica, enquanto o Irã busca adquiri-la, em aliança com a Rússia. Enfim, o Brasil e a África do Sul passaram a desenvolver uma diplomacia mais independente, a forjar um espaço regional de influência e a apoiar a construção de um mundo multipolar.

Segundo o decano do estudo das Relações Internacionais no Brasil e ex-conselheiro do presidente Fernando Henrique Cardoso, professor Hélio Jaguaribe, “a instabilidade do presente sistema internacional tende a conduzi-lo, até meados do século, a uma alternativa básica: consolidação da hegemonia americana, gerando um longo período de *Pax Americana*, ou, diversamente, formação de um novo sistema multipolar, em que os Estados Unidos deverão, seguramente, exercer um papel relevante, mas em que tenderão a ser também relevantes países ou sistemas como China, Rússia, União Européia e alguns outros.

As mais importantes variáveis para o segundo cenário são, por um lado, o continuado desenvolvimento da China e a superação, pela Rússia, de suas condições caóticas e, por outro lado, a adoção pela UE de uma política externa e de defesa própria. Não dispendo os Estados Unidos de condições para a eliminação de rivais (China e Rússia) ou preventivo controle da UE, a tendência de que venha a prevalecer, em meados do século XXI, uma ordem mundial multipolar – em detrimento da *Pax Americana* – depende, predominantemente, mas não exclusivamente, de um exitoso desenvolvimento chinês”¹¹.

Tanto Todd como Jaguaribe apresentam análises extremamente instigantes, que superam largamente as visões superficiais e ideológicas (de direita e de esquerda), tão comuns sobre este tema. Detectam com muita argúcia a emergência gradual e sistemática de novos pólos de poder e, por conseqüência, de um sistema mundial multipolar. E é contra este fenômeno que os EUA se mobilizam. Contudo, por suas crescentes dificuldades internas e externas devidas à interdependência da economia mundial, não é possível enfrentar os problemas frontalmente. Interessante, o desafio maior parte da situação objetiva de busca de autonomia por parte de aliados como a Europa e o Japão (em relação à qual seus líderes não tem total consciência). Mesmo a Rússia e a China tentam, de alguma maneira, cooperar com os EUA, mas a realidade os empurra em direção oposta, para desgosto dos novos capitalistas de Moscou e dos reformistas de mercado de Beijing.

Mas há alguns aspectos a complementar ou questionar. Certamente os EUA continuarão sendo os maiores jogadores internacionais por certo tempo, mas uma neohegemonia parece cada dia mais problemática, devido ao contínuo desgaste de alguns elementos fundamentais do poder americano, como a incapacidade de produzir consenso. Não se trata de algum desafio militar, que somente existe em relação à Rússia, mas de algumas tendências inquietantes no campo econômico. A confiança na segurança dos papéis americanos foi abalada pelas fraudes escandalosas como as da Enron, a situação das bolsas de valores permanece frágil e a indústria americana perde terreno a cada ano, num quadro em que emerge o Euro e novos pólos econômicos. A função de garantir a demanda global que os EUA ainda

têm pode desaparecer de forma mais ou menos rápida se por alguma razão o afluxo de capital externo for limitado.

Evidentemente se trata somente de tendências que apenas agora começam a emergir, sendo os EUA ainda a única superpotência, governada por um grupo de falcões que é capaz de iniciar novas guerras, mesmo contra a vontade da comunidade internacional e de suas instituições. Contudo, o que está sendo apontado como uma demonstração de força, pode ser interpretado como uma prova de debilidade crescente, em meio a uma crise sistêmica, simultaneamente econômica e política. A questão é saber se os EUA vão gastar com suficiente inteligência a energia que lhes resta, durante a contagem regressiva para a emergência de novos pólos de poder, como forma de criar um sistema mundial onde seu papel ainda seja predominante, em lugar de qualquer utopia imperial. Sem espaço para desenvolver o tema, apenas lancei algumas idéias, que necessitam ser debatidas e aprofundadas, mas creio que os problemas internacionais (e dos EUA) são hoje maiores que antes do ataque ao Iraque.

Notas e Referências Documentais

1. É colocada em prática em episódios como o abandono do Protocolo de Kyoto e da Conferência da ONU sobre o Racismo, bem como no abandono da política de conciliação que o presidente Clinton havia encetado com Irã, Coréia do Norte e China, antes do 11 de setembro. Ver VIZENTINI, Paulo. *Dez anos que abalaram o século XX: da crise do socialismo à guerra ao terrorismo*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

2. *Folha de São Paulo*, fevereiro de 2003.

3. Ver PECEQUILO, Cristina. *Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição*. Petrópolis: Vozes, 2000.

4. Ao que se somou a recusa dos países do Terceiro Mundo que integravam o Conselho, inclusive aliados latino-americanos como Chile e México.

5. “Le cri des vétérans”, *Le Monde* 2, avril 2003, p. 38 e seguintes.

6. Sobre a região, ver VIZENTINI, Paulo. *Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

7. <http://www.census.gov/foreign-trade>.

8 TODD, Emmanuel. *Après l' Empire: essai sur la décomposition du système américaine*. Paris: Gallimard, 2003.

9. BRZEZINSKI, Zbigniew. *The grand chessboard. American primacy and its geostrategics imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

10. HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

11. JAGUARIBE, Hélio, "Mercosul: problemática factual e institucional", In: HOFMEISTER, Wilhelm e TREIN, Franklin (orgs.). *Anuário Brasil-Europa. Instituições e integração*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2001, p.p. 18-9.